



GOVERNO DO PARÁ

# Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará – ADEPARÁ



SEAD

Secretaria Executiva de Estado de Administração

## CONCURSO PÚBLICO NÍVEL SUPERIOR

TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR —  
ADVOGADO

## Cargo 5

Caderno de Provas  
Aplicação: 25/1/2004

## MANHÃ



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira se ele contém **cento e vinte e cinco** itens, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 125**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: a cada item cuja resposta marcada diverja do gabarito oficial definitivo, além de não marcar ponto, o candidato perde **um** ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2003 – SEAD/ADEPARÁ, de 6/11/2003.
- 4 Não utilize nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante as provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração das provas é de **três horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### AGENDA

- I **26/1/2004** – Divulgação, a partir das 10 h (horário de Brasília), dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, na Internet — no sítio <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB — em Brasília.
- II **27 e 28/1/2004** – Recabimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, exclusivamente nos locais e no horário que serão informados na divulgação dos referidos gabaritos.
- III **17/2/2004** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), nos locais mencionados no item I e no Diário Oficial do Estado do Pará, dos resultados finais das provas objetivas e da convocação para a avaliação de títulos.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 11 do Edital n.º 1/2003 – SEAD/ADEPARÁ, de 6/11/2003.
- Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX) 61 448 0100.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 125 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item **CERTO**; o campo designado com o código E, caso julgue o item **ERRADO**; ou o campo designado com o código SR, caso desconheça a resposta correta. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos três campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. A marcação do campo designado com o código SR não implicará anulação. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, que é o único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Um presente da natureza...

1 Em 1854, o presidente dos Estados Unidos da América queria trocar grande área de terra ocupada pelos índios no oeste do país pela formação de uma reserva indígena. Recebeu do cacique Seattle esta resposta, que é considerada uma verdadeira lição de vida e uma das mais belas declarações de amor à natureza e que — cerca de 150 anos depois — circula periodicamente pelas listas de mensagens da Internet.

4 O presidente informa que deseja comprar nossas terras. Mas como é possível comprar ou vender o céu, a tepidez do chão? Essa idéia não faz sentido para nós. Se o frescor do ar e a limpidez da água não nos pertencem, como poderemos vendê-los? Qualquer pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada galho brilhante do pinheiro, toda a praia de areia, a neblina dos bosques ao escurecer, cada clareira da floresta e cada inseto que zune são sagrados na memória e na experiência do meu povo.

7 O córrego que procura seu caminho entre as árvores carrega consigo lembranças de nossos antepassados. Os mortos do homem branco, quando vão caminhar entre as estrelas, esquecem a terra de seu nascimento. Nossos mortos nunca esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores são nossas irmãs; os veados, os cavalos, a águia gigante, são nossos irmãos; os picos rochosos, a fragrância dos bosques, o calor do corpo do cavalo e o homem pertencem todos à mesma família.

10 Assim, quando o grande chefe branco manda dizer que deseja comprar nossas terras, ele está pedindo muito de nós. Ele manda dizer que nos reservará um sítio, onde poderemos viver confortavelmente por nós mesmos. Diz também que será nosso pai, e nós seremos seus filhos. Se assim é, vamos considerar a sua proposta sobre a compra de nossa terra. Mas não será fácil, pois esta terra é sagrada para nós. Se vendermos a terra ao homem branco, ele deverá lembrar que ela é sagrada, e ensinar às crianças que ela é sagrada.

13 Qualquer reflexo sobre a superfície dos lagos evoca memórias da vida de nosso povo. O murmúrio das águas é a voz de nossos ancestrais. Os rios, nossos irmãos, nos saciam a sede, transportam nossas canoas e alimentam nossos filhos. Se comprar nossas terras, o homem branco deve dispensar aos rios a mesma afeição que dedicaria a qualquer irmão.

16 Sabemos que o homem branco não entende nosso modo de ser. Para ele, um pedaço de terra não se distingue de qualquer outro, pois ele é como um estrangeiro que vem durante a noite para roubar tudo de que precisa. A terra não é sua irmã, mas sua inimiga. Depois que a submete, que a conquista, ele vai embora à procura de outro lugar. Deixa para trás a sepultura de seus pais, e rouba a herança de seus filhos. Seu apetite vai exaurir a terra, deixando atrás de si apenas desertos.

22 Isso eu não compreendo. Nossos costumes são diferentes, e a visão de vossas cidades é dolorosa para os nossos olhos. Talvez porque o homem vermelho seja selvagem, e não possa compreender.

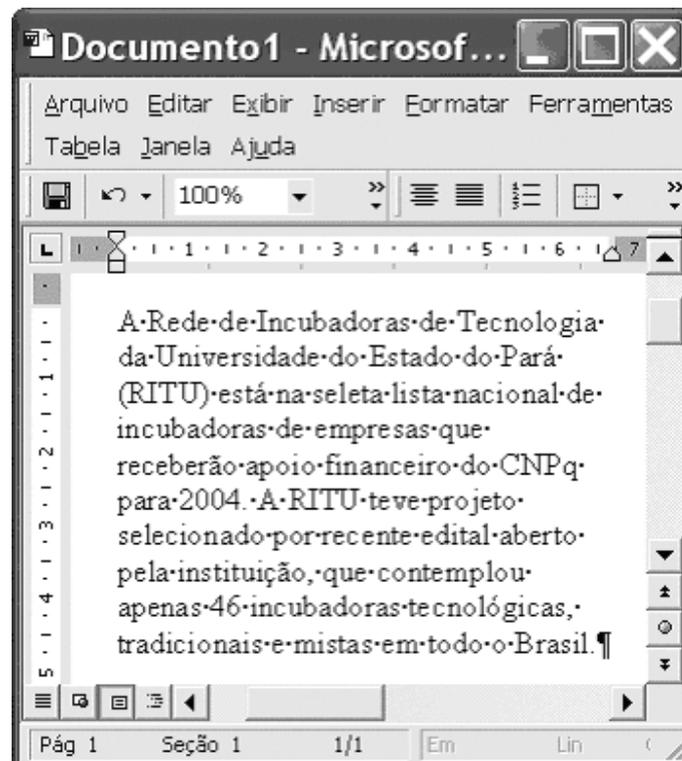
Internet: <<http://www.novomilenio.inf.br>>. Acesso em 30/11/2003 (com adaptações).

Considerando as idéias expressas e as estruturas empregadas na construção do texto acima, julgue os itens a seguir.

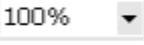
- 1 O texto pode ser dividido em duas partes distintas: o primeiro parágrafo, de contextualização, e os demais parágrafos, que apresentam a fala da personagem anteriormente situada no tempo e no espaço.
- 2 Infere-se, segundo a indicação das linhas 3 e 4, que, pela temática, sempre atual, o texto circulará indefinidamente, na forma de mensagem eletrônica, pela Internet.
- 3 Associando os princípios de tipologia textual aos de correspondência oficial, é correto afirmar que a resposta dada pelo cacique Seattle é um texto predominantemente narrativo, cuja forma pode ser classificada como de uma **carta comercial**.

- 4 O texto, a partir da linha 5, por apresentar os argumentos do falante acerca de um assunto, tem a natureza de uma redação de **exposição de motivos**.
- 5 Os pronomes “nossas” (l.5) e “nós” (l.6) têm como referentes os índios guaranis, que, junto com os bororós e os tapuias, ocupavam as terras da região Centro-Oeste do Brasil.
- 6 No segundo parágrafo do texto, o cacique justifica a impossibilidade de venda da terra devido ao fato de não ser proprietário dela, assim como não o é do ar e das águas.
- 7 Para os indígenas representados no texto, “são sagrados” (l.8) à experiência e à memória todos os componentes do ambiente natural, sejam eles de natureza vegetal, mineral ou animal, em estado líquido, sólido ou gasoso.

- 8 Na linha 9, o pronome “consigo” refere-se aos “antepassados” do cacique que defende as terras da nação indígena.
- 9 Da passagem “Os mortos do homem branco, quando vão caminhar entre as estrelas, esquecem a terra de seu nascimento” (l.9-10), depreende-se que o falante não acredita em vida depois da morte.
- 10 O cacique negou-se a fazer negócio com “o grande chefe branco” (l.14) porque não achou lucrativo trocar uma vasta extensão de terra por um pequeno “sítio”, mesmo que nele pudesse viver confortavelmente.
- 11 Na linha 17, o emprego do sinal indicativo de crase justifica-se por ter havido a fusão de dois “a”: o primeiro, uma preposição, exigida pela regência do verbo “ensinar”, e o segundo, um artigo definido, feminino, plural, que antecede ao substantivo “crianças”.
- 12 A expressão “Qualquer reflexo” (l.19), iniciada por um pronome indefinido, flexionada no plural, deve ser escrita assim: **Quaisquer reflexos**.
- 13 Em “Se comprar nossas terras” (l.20), o termo sublinhado é uma partícula apassivadora, que corresponde ao sentido **se nossas terras forem compradas**.
- 14 Na linha 21, passando-se “o homem branco” para o plural e fazendo-se as concordâncias necessárias no período, o sentido geral do texto é preservado.
- 15 O texto permanecerá gramaticalmente correto caso a passagem “roubar tudo de que precisa” (l.23) seja reescrita como **roubar tudo que precisa**.
- 16 A conjunção “mas” (l.23) estabelece, entre as duas orações do período, uma relação de adversidade.
- 17 Na linha 24, devido à relação entre os termos oracionais, as duas vírgulas que separam a oração “que a conquista” podem ser trocadas por ponto-e-vírgula, sem que ocorra desvio gramatical.
- 18 O vocábulo “trás” (l.24) pode ser grafado como **traz**, sem prejuízo para a semântica e a sintaxe da frase.
- 19 Em “Isso eu não compreendo” (l.26), o pronome demonstrativo, por estar apontando para o que foi dito no parágrafo anterior, comporta, como um recurso coesivo adequado, a substituição por **Isto**.
- 20 Na linha 26, a vírgula antes da conjunção “e” está correta, porque a oração antecedente e a seguinte têm sujeitos sintáticos distintos: no primeiro caso, é “nossos costumes” e, no segundo, “a visão de vossas cidades”.



A figura acima mostra uma janela do Word 2000, contendo um documento com parte de um texto extraído do sítio <http://www.governodopara.pa.gov.br>. Considerando essa figura, julgue os itens a seguir, acerca do Word 2000.

- 21 É correto concluir que a parte mostrada do documento em edição contém um único parágrafo formatado com o alinhamento à esquerda.
- 22 Para excluir da primeira linha do documento o termo “Incubadoras”, é suficiente aplicar um clique duplo sobre o referido termo e, em seguida, clicar .
- 23 Por meio de opção encontrada no menu **Exibir**, é possível alterar o espaçamento entre as linhas do documento em edição.
- 24 Por meio da opção Nova janela, encontrada no menu **Janela**, é possível abrir uma nova janela do Word 2000 contendo um documento em branco, para a edição de texto independentemente daquele contido em “Documento1”.
- 25 Sabendo que a fonte em uso no documento tem tamanho 10, para alterar esse tamanho para 12, é suficiente ativar a caixa , selecionar 120%; e, em seguida, teclar .

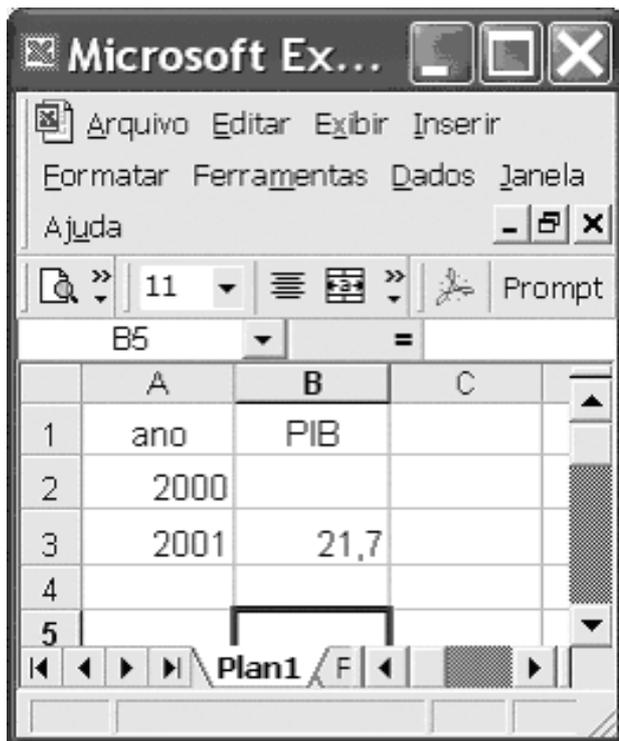


Figura I

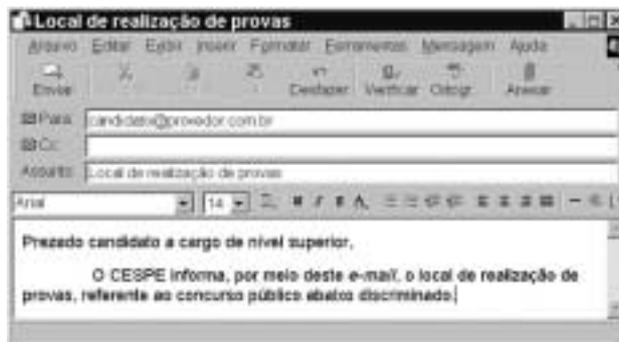


Figura II



Figura III

A figura I mostra uma janela do aplicativo Excel 2000, com uma planilha contendo o valor, em bilhões de reais, do produto interno bruto (PIB) do estado do Pará no ano 2001. Com base nessa figura, julgue os itens de 26 a 28, acerca do Excel 2000.

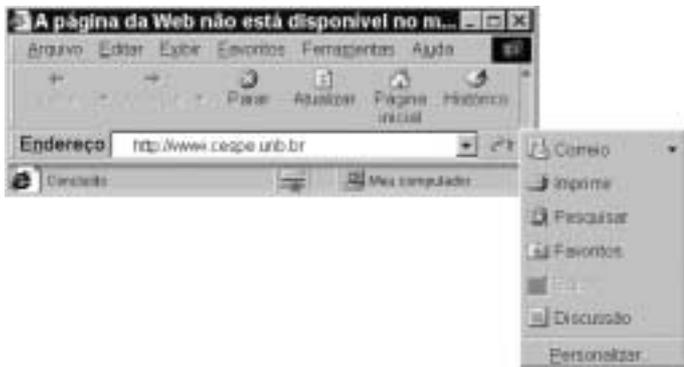
- 26 Sabendo que o PIB do Pará cresceu 4,7% no ano 2001 em relação ao ano 2000, então, para determinar o valor do PIB no ano 2000, pondo o resultado na célula B2, é suficiente: clicar a célula B2; digitar  $= (1-0,047)B3$  e, a seguir, teclar **Enter**.
- 27 Na planilha mostrada, caso se selecione as células A2 e A3 e, a seguir, se arraste com o *mouse* o canto inferior direito dessa seleção até o canto inferior direito da célula A4, então o conteúdo da célula A4 passará a ser 2002.
- 28 No *menu* **Formatar**, encontra-se a opção Células, que permite formatar o conteúdo de células selecionadas para as categorias de, entre outras, número, data, porcentagem e texto.

Com o objetivo de informar, por meio de correio eletrônico, o local de realização das provas do concurso público da ADEPARA, a Divisão de Informática do CESPE editou, para os respectivos candidatos, a mensagem de *e-mail* mostrada em parte na figura II, que ilustra uma janela do Outlook Express 5, programa que foi utilizado nessa operação. Com base nas informações presentes na figura II, julgue os itens 29 e 30, referentes ao *e-mail* mencionado.

- 29 Por meio do botão **Anexar**, o responsável pela edição do *e-mail* tem à disposição recursos do Outlook Express 5 que lhe permitem anexar um arquivo Paint contendo uma imagem referente ao mapa da região da cidade onde um determinado candidato deverá realizar as provas do concurso acima referido.
- 30 Por meio do *menu* **Ferramentas**, o responsável pela edição do *e-mail* tem à disposição recursos do Outlook Express 5 que lhe permitem realizar um revisão ortográfica do texto da mensagem a ser enviada aos candidatos.

A figura III ilustra uma janela do Windows Explorer que está sendo executada em um computador PC, cujo sistema operacional é o Windows 98. Considerando que parte das informações mostradas na janela referem-se ao objeto cujo ícone está selecionado — **Adepara** —, julgue os itens 31 e 32, tendo como base a janela ilustrada.

- 31 O ícone **Adepara** refere-se a uma pasta ou diretório que contém exatamente 8 objetos, entre pastas e arquivos. Com base nas informações apresentadas na janela, é correto afirmar que esses 8 objetos ocupam uma quantidade de memória igual a 347 *kilobytes*.
- 32 Ao clicar o botão **Voltar**, será mostrado na janela do Windows Explorer o conteúdo da pasta, ou diretório, associada ao ícone **Anexo**.



Com base nas informações contidas na janela do Internet Explorer 5 ilustrada na figura acima, é correto afirmar que

- 33** será iniciado um processo de acesso à página Web cujo endereço eletrônico é <http://www.cespe.unb.br> por meio de uma conexão do tipo ADSL, caso o botão  seja clicado.
- 34** o computador no qual o Internet Explorer 5 está sendo executado dispõe de sistema de proteção contra vírus de computador do tipo *firewall*.
- 35** um processo de acesso à página configurada como inicial do Internet Explorer 5 será iniciado ao se clicar o botão , caso essa página tenha sido adequadamente configurada por meio dos recursos disponíveis no *menu Ferramentas*.

No contexto da expansão econômica verificada na região Norte nas últimas décadas, o estado do Pará experimentou um grande dinamismo em suas atividades econômicas. Acerca desse assunto, julgue os itens a seguir.

- 36** Grandes projetos agropecuários acionaram a economia, mas, por outro lado, promoveram a concentração de terras nesse estado.
- 37** Embora o estado do Pará apresente um significativo desenvolvimento industrial, as atividades extrativas e agrícolas ainda são importantes para a economia do estado.
- 38** A criação da Zona Franca na Amazônia com sede em Manaus objetivou a entrada de empresas estrangeiras, promovendo o desenvolvimento industrial amazônico, alcançando o território paraense.
- 39** As formações florestais no estado fornecem diversos produtos para o extrativismo, com bom potencial de expansão das atividades, devendo, entretanto, ser observada a sustentabilidade dos ecossistemas.
- 40** Visando ao desenvolvimento endógeno, o projeto Grande Carajás de exploração mineral está incluído nas iniciativas do governo federal com o objetivo de expandir a economia, restringindo a comercialização dos produtos ao mercado interno.
- 41** Abundância de recursos genéticos, diversidade e volume de riquezas minerais, de fauna e de flora, bem como a relativa proximidade de mercados no hemisfério norte, conferem ao estado do Pará uma posição estratégica, despertando interesses econômicos no Brasil e no exterior.

Há uma grande preocupação diante da degradação ambiental causada pela voracidade da exploração de recursos nos estados amazônicos brasileiros, incluindo o Pará. Com base nas características naturais dos ecossistemas encontrados nesse estado e na necessidade de preservação desses ecossistemas, julgue os itens seguintes.

- 42** Embora o ecossistema amazônico seja considerado frágil, o clima tropical propicia uma rápida regeneração das florestas, o que torna o desmatamento um problema menor quando comparado, por exemplo, à poluição dos rios pelo garimpo.
- 43** Os rios de águas brancas são assim chamados em razão da coloração das águas carregadas de sedimentos trazidos pela erosão acelerada, em consequência de desmatamentos.
- 44** A existência de grandes projetos agropecuários no estado do Pará justifica-se pelas características do solo e pelo clima tropical úmido. Nessas condições, há uma grande atividade microbiana, em razão da temperatura que favorece a pronta recomposição mineralógica do solo agricultado.
- 45** As cheias periódicas do sistema fluvial amazônico e, portanto, encontradas também em rios paraenses, apresentam essa característica em virtude do grande contraste dos totais pluviométricos ao longo dos anos.

A respeito da Constituição Federal, julgue os itens a seguir.

- 46** Considere a seguinte situação hipotética.
- Carlos cometeu crime de homicídio na véspera da data em que entrou em vigor uma lei aumentando a pena desse crime, e foi preso cinco dias depois.
- Nessa situação, aplica-se a Carlos a pena aumentada pela referida lei.
- 47** A ADEPARÁ é uma autarquia que integra a administração indireta do estado do Pará.
- 48** É lícita a acumulação de um cargo de técnico de nível superior da ADEPARÁ com um cargo de professor em instituição estadual de ensino, desde que haja compatibilidade de horários.
- 49** Considere a seguinte situação hipotética.
- Rodrigo é um fazendeiro que, com o objetivo de obter dinheiro para pagar uma dívida, vendeu sua máquina colhedora a seu vizinho Pedro.
- Nessa situação, Pedro tem perante Rodrigo todos os direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor, inclusive o de desistir da compra, no prazo de sete dias.
- 50** O funcionamento de estabelecimento capaz de causar degradação ambiental depende de prévio licenciamento ambiental por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e, em caráter supletivo, de licenciamento do competente órgão estadual que integre o Sistema Nacional do Meio Ambiente.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Considerando que a Agência de Defesa Agropecuárias do estado do Pará (ADEPARÁ) multou uma empresa em decorrência do descumprimento de regras acerca do abate de suínos, julgue os itens que se seguem.

- 51 A multa aplicada pela ADEPARÁ não tem caráter tributário.
- 52 A imposição de multa configura o exercício de poder de polícia.

Quando ao direito administrativo, julgue os itens a seguir.

- 53 Seria inválida uma disposição de lei estadual do Pará que liberasse as fundações públicas estaduais do dever de contratar mediante processo de licitação pública.
- 54 Em decorrência do princípio da publicidade, a publicação em jornal oficial é requisito de validade dos atos praticados pela administração direta do estado do Pará.
- 55 Para garantir a autonomia das autarquias, a Constituição da República determina que os seus dirigentes devem ter mandato fixo, não podendo ser demissíveis *ad nutum*.
- 56 Sabendo que foi desclassificada a proposta de determinado licitante em uma concorrência pública, é correto inferir que esse licitante havia sido devidamente habilitado no processo licitatório.

A respeito do regime jurídico único dos servidores do estado do Pará, julgue os itens seguintes.

- 57 Somente é permitida a realização de concurso público para o provimento de cargo público em comissão, quando se trata de cargo com mandato fixo.
- 58 Tem direito à nomeação o candidato aprovado dentro do número de vagas de um concurso para o provimento de cargos da administração indireta estadual.
- 59 Configura ato vinculado o que denega pedido de transferência a servidor que se encontra em estágio probatório.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 60 Administradores não podem anular, com base em critérios de conveniência e oportunidade, atos por eles praticados.
- 61 É nulo um ato praticado com desvio de finalidade.
- 62 Tem efeitos *ex nunc* a revogação de um ato administrativo normativo.

Com relação a desapropriação, julgue os itens seguintes.

- 63 Bens móveis e semoventes não são suscetíveis de desapropriação, dado que a desapropriação é um instituto de direito administrativo aplicável apenas a bens imóveis.
- 64 Para fins de reforma agrária, o estado do Pará pode desapropriar terras da União, independentemente de autorização prévia do presidente da República.

Acerca da responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

- 65 Autarquias estaduais respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causam a terceiros.
- 66 Responde, independentemente de culpa, pela reparação dos prejuízos derivados de sua atuação, uma sociedade comercial cuja atividade principal implique, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.

Com referência ao direito civil, julgue os itens que se seguem.

- 67 Atos jurídicos nulos não são convalidáveis.
- 68 A prescrição extingue a pretensão e não o direito cuja violação lhe deu origem.

Roberto emprestou a Augusto R\$ 20 mil para que ele comprasse um automóvel. A dívida assim constituída deveria ser paga em dez parcelas mensais. O contrato de empréstimo foi celebrado mediante instrumento particular e assinado por duas testemunhas.

Considerando a situação descrita acima, julgue os itens seguintes.

- 69 O empréstimo de dinheiro é um contrato formal e, portanto, a forma escrita é requisito necessário de validade do contrato estipulado entre Roberto e Augusto.
- 70 Roberto e Augusto celebraram um contrato de mútuo.
- 71 Se os contratantes estipulassem que o atraso no pagamento de uma das parcelas acarretaria o vencimento antecipado da parcela seguinte, essa disposição configuraria uma cláusula penal.
- 72 No caso de atraso no pagamento das parcelas vencidas, Roberto somente poderia cobrar de Augusto juros de mora se houvesse expressa previsão contratual nesse sentido.
- 73 Sendo Júlio filho único de Roberto, é correto afirmar que, se Augusto deixasse de cumprir as suas obrigações contratuais e Roberto não demonstrasse interesse em cobrar judicialmente a dívida, Júlio seria parte legítima para propor a execução judicial das parcelas vencidas.

Julgue os itens a seguir, acerca do processo civil.

- 74 Sentenças judiciais que extinguem o processo com julgamento de mérito fazem coisa julgada material.
- 75 Considere a seguinte situação hipotética.  
Sílvio foi condenado, por sentença judicial, a prestar alimentos a seu pai. Irresignado, ele interpôs apelação contra a sentença, sendo que o recurso foi recebido apenas em efeito devolutivo.  
Nessa situação, o pai de Sílvio pode promover a execução provisória da sentença recorrida.
- 76 Se um juiz reconhecer a decadência do direito postulado pelo autor de um processo judicial, deve julgar improcedente o pedido e extinguir o processo, com julgamento do mérito.
- 77 Considere a seguinte situação hipotética.  
Uma pessoa ingressou com ação de indenização por danos morais no foro do seu domicílio, que é diverso do domicílio do réu.  
Nessa situação, logo que receber a petição inicial, o juiz, de ofício, deverá declarar-se incompetente e encaminhar o processo ao juízo do foro do domicílio do réu.

**78** Considere a seguinte situação hipotética.

Bernardo ingressou com ação judicial, postulando a condenação de Carlos a pagar uma dívida resultante do descumprimento de obrigação contratual. Ao ler a petição inicial, o juiz da causa verificou que Carlos era relativamente incapaz no momento da assinatura do contrato descumprido.

Nessa situação, o juiz pode, de ofício, declarar a nulidade da dívida e, conseqüentemente, extinguir o processo em virtude da carência de ação.

No que se refere à responsabilidade solidária pelo pagamento de dívidas, julgue os itens seguintes.

**79** No direito civil, salvo estipulação contratual em contrário, as dívidas assumidas concomitantemente por mais de uma pessoa são consideradas dívidas solidárias.

**80** No direito civil, tal como no direito tributário, a solidariedade não comporta benefício de ordem.

**81** Havendo concurso de pessoas para a prática de crime de peculato, todos os criminosos envolvidos respondem solidariamente pela reparação civil dos danos causados à administração pública.

Acerca do direito penal e processual penal, julgue os itens a seguir.

**82** Considere a seguinte situação hipotética.

Henrique foi condenado pela prática do crime de adultério e, enquanto cumpria a pena que lhe foi imposta, o adultério foi descriminalizado.

Nessa situação, Henrique deve cumprir o restante da pena a ele imposta, pois a superveniência da lei descriminalizadora não pode interferir na aplicação de uma sentença penal transitada em julgado.

**83** Considere a seguinte situação hipotética.

Um menor de dezessete anos praticou dolosamente um ato que se enquadra perfeitamente em um tipo penal definido em lei.

Nessa situação, apesar da ilicitude da conduta, a inimputabilidade do menor elide a sua culpabilidade.

**84** Considere a seguinte situação hipotética.

João, fiscal de uma autarquia, identificou que determinada empresa atuava de forma irregular e imediatamente comunicou esse fato a seu chefe, por telefone. O chefe respondeu-lhe que, apesar da irregularidade, a empresa não deveria ser autuada, pois ela era de propriedade de irmãos de um deputado estadual do partido do presidente da autarquia. Então, assentindo ao comando dado pelo chefe, João deixou de proceder à autuação devida.

Nessa situação, João não praticou crime de prevaricação porque agiu em estrita obediência à ordem de seu superior.

**85** Considere a seguinte situação hipotética.

Durante uma atividade de fiscalização, Gustavo, que é agente de fiscalização de uma autarquia, verificou que Plínio praticava infração administrativa. Gustavo, porém, disse a Plínio que, em troca de trezentos reais, deixaria de autuá-lo.

Nessa situação, Gustavo incide na prática de crime de corrupção passiva.

**86** Considere a seguinte situação hipotética.

Um lavrador analfabeto praticou um ato que julgava ser lícito e justo, sem saber que esse ato era definido pela lei penal como crime contra o meio ambiente.

Nessa situação, o lavrador deve ser punido porque o desconhecimento da ilicitude do ato, ainda que inevitável, não caracteriza erro de proibição.

**87** Apesar de ilícita, não é criminosa a conduta de uma sociedade comercial que, para diminuir o montante dos tributos pagos, presta informações falsas às autoridades fazendárias.

**88** O estupro é um crime hediondo e, portanto, os condenados pela prática dessa infração devem cumprir integralmente sua pena em regime fechado.

**89** O abuso de autoridade é um crime de ação penal pública incondicionada.

**90** Um *habeas corpus* preventivo somente pode ser ajuizado pela pessoa cuja liberdade é ameaçada ou por mandatário por ela constituído mediante procuração com poderes especiais.

**91** Considere a seguinte situação hipotética.

Osvaldo efetuou diversos disparos contra Pedro, com o objetivo de matá-lo, e alcançou o seu intento. Porém, um dos tiros disparados terminou atingindo Rodolfo, que passava inadvertidamente pelo local do crime e veio a falecer em virtude do ferimento.

Nessa situação, pela morte de Pedro, Osvaldo deverá ser julgado pelo júri e, pela morte de Rodolfo, deverá ser julgado por um juiz de direito.

**92** Processos judiciais de natureza penal, relativos a crimes de ação penal privada, são instaurados mediante a apresentação de uma queixa-crime.

**93** Considera-se prisão em flagrante aquela efetuada no prazo de 24 horas, contado a partir da consumação do crime.

**94** Durante o curso do inquérito policial acerca de um crime praticado por várias pessoas em concurso, é inválida a decretação judicial da prisão preventiva de apenas um dos indiciados.

**95** Em respeito ao princípio da publicidade, o inquérito policial não pode ser sigiloso.

Acerca do direito tributário, julgue os itens a seguir.

- 96** Por não serem pessoas jurídicas de direito público, as autarquias não podem ser sujeitos ativos de obrigações tributárias.
- 97** O estado do Pará não tem competência para instituir contribuições de intervenção no domínio econômico.
- 98** O fato de um contribuinte ser isento de uma obrigação tributária principal desobriga-o do cumprimento das obrigações tributárias acessórias.
- 99** Em atenção ao princípio da anterioridade tributária, um imposto não pode ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que o instituiu.
- 100** É proibida a cobrança de pedágio em vias conservadas pelo poder público, sendo permitida tal cobrança apenas em vias cuja exploração é concedida a particulares.
- 101** A Constituição da República determina que taxas devem ser instituídas mediante lei complementar.
- 102** Os tratados internacionais que envolvem matéria tributária têm *status* hierárquico superior ao das leis ordinárias que versam sobre tributação.
- 103** É vedada a interpretação extensiva de normas que estabelecem isenções tributárias.
- 104** As dívidas provenientes de créditos tributários, desde que regularmente inscritas na dívida ativa, gozam de presunção de certeza e liquidez.
- 105** O crédito tributário é constituído pelo lançamento.
- 106** De acordo com a legislação tributária, o domicílio tributário de uma autarquia estadual é o local em que se encontra a sua sede.
- 107** As autarquias não são imunes à incidência de taxas.
- 108** Considere a seguinte situação hipotética.

Uma autarquia celebrou contrato de locação pelo qual, além do compromisso de pagar os aluguéis, assumiu o compromisso de pagar o imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU) incidente sobre o imóvel, mesmo tendo ciência de que a lei não definia o locatário como sujeito passivo do referido tributo.

Nessa situação, o contrato de locação faz que a autarquia seja responsável pelo pagamento do imposto, o que a torna sujeito passivo da correspondente obrigação tributária.

**Uma determinada empresa não cumpriu o dever que a lei lhe impunha de recolher aos cofres públicos, na qualidade de responsável tributário, uma determinada contribuição social cujos contribuintes são os seus empregados.**

Considerando a situação hipotética descrita acima, julgue os itens a seguir.

- 109** Nesse caso, a empresa não pode ser considerada sujeito passivo da obrigação tributária, pois os contribuintes de fato do tributo são os seus empregados.
- 110** O não-recolhimento do tributo, por parte da referida empresa, configura prática de crime contra a ordem tributária.

Em cada item a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, considerando o contrato de trabalho.

- 111** Admitido como trabalhador voluntário em determinada instituição de assistência a pessoas carentes portadoras do vírus HIV, João Paulo trabalhava 8 horas diárias, entre segunda e sexta-feira, recebendo mensalmente ajuda de custo equivalente a três salários-mínimos. No exercício da atividade, era obrigado a seguir as ordens repassadas pelo médico que coordenava a instituição, atuando em condições idênticas às dos enfermeiros que prestavam serviços como empregados no local. Nesse caso, tendo sido observadas as formalidades previstas na legislação que regula o trabalho voluntário, o reconhecimento do vínculo de emprego não será possível, ainda que presentes os requisitos que o caracterizam.
- 112** A fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego localizou trabalhadores rurais submetidos a condições análogas à de escravo, em fazenda situada no interior do estado do Pará. Depois de libertados, alguns deles retornaram voluntariamente àquela condição, em outra fazenda, em razão de não conseguirem emprego nas cidades para as quais se dirigiram. Novamente encontrados pela fiscalização pública, declararam que não tinham interesse na assinatura da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou em qualquer direito trabalhista. Diante dessa realidade, em que o labor era prestado em troca de comida, a manifestação dos trabalhadores há de ser compreendida como renúncia, a afastar o vínculo de emprego, o qual depende, por sua natureza contratual, do concurso bilateral de vontades, não verificado no caso concreto.

A propósito das regras legais referentes a salário e equiparação, julgue os itens a seguir.

- 113** Considere a seguinte situação hipotética.

Admitido com 14 anos de idade para trabalhar como vaqueiro, percebendo meio salário-mínimo mensal, Paulo apenas teve sua situação contratual regularizada — com a assinatura da CTPS e elevação do salário ao mínimo legal — quando completou 16 anos de idade. Dispensado posteriormente do emprego, ingressou com ação na justiça do trabalho, cobrando as diferenças salariais do período anterior ao registro de sua CTPS.

Nessa situação, conquanto a Constituição da República proíba o trabalho a menor de 16 anos de idade, salvo a partir dos 14 anos e na condição de aprendiz, os pleitos formulados deverão ser acolhidos pela justiça, com o reconhecimento de todas as conseqüências jurídicas da relação de emprego válida e regular.

**114** Considere a seguinte situação hipotética.

Os veterinários Fábio e Marco prestavam serviços ao mesmo empregador, proprietário de várias fazendas destinadas à criação de gado de corte, situadas no estado do Pará. Atuavam em cidades distintas — Altamira e Pacajá —, cada qual detendo sob seu cuidado 1.000 cabeças de gado. Embora admitidos na mesma data, Fábio percebia salário equivalente ao dobro do que era pago a Marco.

Nessa situação, consideradas as regras legais que disciplinam o princípio isonômico nas relações de emprego, a justiça do trabalho, chamada a arbitrar a situação, deverá dar ganho de causa a Marco, ante a ausência de qualquer circunstância que justifique a discriminação.

Consideradas as regras legais que informam os institutos da interrupção, da suspensão e da alteração do contrato de trabalho, julgue os itens que se seguem.

**115** A aposentadoria por invalidez de determinado trabalhador, em razão de acidente de trabalho que gerou graves seqüelas físicas, acarreta a suspensão do contrato de trabalho durante o período necessário à efetivação do benefício.

**116** Considere a seguinte situação hipotética.

Depois de dois anos prestando serviços como auxiliar administrativo em uma grande usina de açúcar, João Márcio foi designado para atuar como gerente administrativo, coordenando mais de 500 empregados e percebendo gratificação equivalente a 40% de seu salário. Permaneceu nessa função gerencial por mais de dez anos, sendo, posteriormente, dela destituído, com a supressão da gratificação salarial correlata, sem qualquer justificativa do empregador.

Nessa situação, consideradas as regras legais aplicáveis, a alteração contratual promovida pela empresa foi ilícita, em razão de gerar prejuízos salariais e por não contar com a concordância do empregado.

**117** Considere que, estando no nono mês de gestação, Joana afastou-se do emprego um dia antes da data designada para o parto. A licença-maternidade fluiu a partir de então, com duração de 120 dias. Nesse período, em que há suspensão do contrato e estabilidade no emprego, a prática de eventual falta grave — como, por exemplo, a violação de segredo da empresa em favor de empresa concorrente — poderá justificar a dissolução do contrato, independentemente de quaisquer formalidades.

Considerando as regras legais relativas à duração da jornada de trabalho e ao direito às férias, julgue os seguintes itens.

**118** Organizada a atividade empresarial em turnos ininterruptos de revezamento, serão consideradas extras as horas prestadas além da sexta diária, salvo havendo acordo individual entre trabalhador e empregador ou ajuste coletivo (acordo coletivo ou convenção coletiva) que vincule o empregador.

**119** O pagamento das férias há de ser feito com a integração da média das horas extras habituais prestadas no período aquisitivo correspondente, sendo ineficaz qualquer ajuste entre empregado e empregador com o objetivo de substituir o gozo das férias pelo pagamento do valor respectivo, ainda que firmado com a assistência sindical.

A propósito dos benefícios previdenciários, julgue os itens seguintes.

**120** Considere a seguinte situação hipotética.

Durante o intervalo para refeição e descanso, gozado no próprio local de trabalho, um técnico pecuário foi atacado por um dos touros reprodutores criados na fazenda em que trabalhava e teve uma das pernas e três costelas fraturadas. Nessa situação, muito embora o infortúnio tenha ocorrido quando interrompido o contrato, a situação deve ser equiparada a acidente de trabalho, gerando direito à percepção do auxílio-acidente, da ordem de 91% do valor do salário-de-benefício.

**121** Considere a seguinte situação hipotética.

Flagrado cometendo furto de sacas de soja plantadas na fazenda de seu empregador, Jonas, de 25 anos, foi dispensado por justa causa e condenado pela justiça criminal. Foi recolhido ao presídio, dando início ao cumprimento da pena.

Nessa situação, considerando que não mais recebia salários de seu antigo empregador e que não estava auferindo auxílio-doença, aposentadoria ou abono de permanência em serviço, seus dependentes terão direito ao auxílio-reclusão, cujo valor corresponderá ao que lhe seria devido, a título de aposentadoria por invalidez, na data da rescisão de seu contrato de trabalho.

Acerca das normas que regem a organização sindical brasileira, julgue o item a seguir.

**122** Suponha que, com o objetivo de preservar a representatividade da categoria profissional respectiva, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Altamira propôs ação na justiça estadual contra o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Fazenda Jabuti, situada no mesmo município. À luz do princípio da unicidade sindical, a disputa judicial pela representação deverá ser solucionada em favor do sindicato municipal de Altamira.

---

Com relação às regras informativas do processo do trabalho, julgue os itens subseqüentes.

**123** Considere a seguinte situação hipotética.

Em determinada reclamação trabalhista, após aberta a audiência, verificou o juiz a presença do reclamante e de seu advogado. O reclamado não compareceu, muito embora estivesse presente seu advogado, munido de procuração, defesa escrita e diversos documentos.

Nessa situação, não havendo qualquer razão para a ausência do reclamado, estará configurada a revelia e conseqüente confissão ficta.

**124** Proferida a decisão indeferitória da antecipação dos efeitos da tutela, abre-se a oportunidade para a parte sucumbente impetrar mandado de segurança, no prazo de oito dias.

**125** Julgado o agravo de petição pelo tribunal regional do trabalho (TRT), o recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), com prazo de oito dias, será admitido se a parte sucumbente demonstrar que o acórdão regional consagrou tese jurídica absolutamente distinta da que prevaleceu em outro TRT, muito embora fossem idênticas as premissas fáticas consideradas.